

Mariano de la CAMPA GUTIÉRREZ, *La Estoria de España de Alfonso X. Estudio y edición de la Version Crítica desde Fruela II hasta la muerte de Fernando II*, Analecta Malacitana, Anejo LXXV, Málaga, Universidad de Málaga, 2009.

Eis uma edição há muito ansiada por todos quantos estudam historiografia medieval hispânica. Um pouco de História ajudará a perceber melhor porquê.

Os anos 80 do século passado assistiram à formação de um notável grupo de investigadores que, sob a direcção de Diego Catalán, prosseguiu e aprofundou o estudo das crónicas medievais ibéricas. Um dos avanços mais importantes deste grupo foi a identificação, caracterização e datação (1282-1284) da Versão Crítica da *Estoria de España* de Afonso X (VC), cuja existência Catalán vinha postulando desde os anos 60, mas só após o aparecimento, em 1983, do ms. Ss [número 40 da Caja de Ahorros de Salamanca] foi possível estudar em concreto. Parte substancial desse trabalho de identificação, caracterização e datação deveu-se a Inés Fernández-Ordóñez, cuja tese de Doutoramento foi editada no começo dos anos 90 pela prestigiada (ia dizendo mítica) colecção «Fuentes cronísticas de la historia de España», da responsabilidade da Fundación Ramón Menéndez Pidal. Fernández-Ordóñez limitou-se, porém, a editar uma secção da VC que abrangia os reinados decorridos entre Pelayo e Ordonho II (o que, diga-se de passagem, explica que se leia em alguns estudos a inexacta afirmação de que a VC tem início, justamente, com o reinado do primeiro monarca asturiano...), de maneira que a parte mais substancial desta Versão permanecia ou inédita ou insuficientemente editada e estudada. Esta lacuna foi parcialmente remediada em meados dos anos 90 pela tese de Doutoramento de Mariano de la Campa Gutiérrez (também um dos membros da equipa que trabalhou sob a orientação inicial de D. Catalán), tese em que o A. analisa o texto da VC compreendido entre os reinados de Fruela II e Vermudo III e edita toda essa secção mais as partes seguintes até ao final, no reinado de Fernando II de Leão. Tratava-se, não obstante, de um trabalho de difícil acesso e escassa difusão, pelo que se fazia sentir a falta de uma edição comercial. Graças à Universidade de Málaga, essa necessidade foi finalmente colmatada. O trabalho agora dado à estampa não corresponde, porém, exactamente à Tese de Doutoramento do A.: muitas novas informações foram acrescentadas, os erros foram corrigidos, as secções foram

reformuladas e algumas «atrevidas afirmaciones» foram-lhe mesmo agregadas (p. 16). Nem outra coisa seria de esperar numa área que tem contado com importantes avanços, alguns dos quais devidos ao próprio Mariano de la Campa.

A edição propriamente dita ocupa todo o capítulo IX do livro, e estende-se pelas páginas 263-592. É uma edição modelarmente feita de acordo com princípios da mais rigorosa crítica textual. Uma vez estabelecido e demonstrado o *stemma codicum* dos testemunhos subsistentes e a maior qualidade genérica do ms. Ss (matéria que ocupa grande parte dos capítulos iniciais do livro), o A. elege este manuscrito como texto base, corrige-o com o concurso dos melhores testemunhos da outra família (ou das fontes, por exemplo o texto tradicionalmente conhecido pela designação de «IVª Crónica Breve», que considero a *Primeira Crónica Portuguesa*), e assinala correções e variantes no rodapé de cada capítulo. As normas de transcrição (explicitadas na p. 261) poderão considerar-se tendencialmente conservadoras. Veja-se, a título de exemplo, que as grafias «u/v» e as oscilações «r/rr» são mantidas, ao contrário do que sucede com a grafia «j» com valor vocálico, ou com a marca tironiana, sempre transcrita como «e». O estudioso e o interessado têm aqui, sem dúvida, uma edição de confiança, destinada a ser, por longos anos, e em conjunto com o mencionado trabalho de Fernández-Ordóñez, a edição de referência da VC.

Os capítulos VI, VII e VIII contêm elencos dos manuscritos citados, das edições da *Crónica de Veinte Reyes/VC* e dos estudos mais importantes sobre esta obra e os textos com ela relacionados. Os primeiros cinco capítulos constituem, por sua vez, um estudo da tradição manuscrita, dos processos de formação e das principais características da VC. Valioso trabalho de análise textual, estas páginas constituem também uma boa súmula do estado da questão nesta área e uma aliciante rampa de lançamento de novas hipóteses e pistas de trabalho, esteja-se ou não de acordo com todas as suas conclusões.

O capítulo I intitula-se «De la *Crónica de Veinte Reyes* a la *Version Critica* de la *Estoria de España*» e destina-se a passar em revista as achegas mais importantes da crítica dos últimos cem anos em torno da cronística de raiz afonsina, com particular e natural incidência no texto hoje conhecido pela designação VC, parte substancial do qual foi conhecido durante muito tempo sobretudo através da família de manuscritos da chamada «Crónica de Vinte Reis». Os autores analisados são, sem dúvida,

aqueles cujo contributo para o estudo da tradição textual das crónicas afonsinas foi historicamente mais decisivo: Ramón Menéndez Pidal (que a todos desbravou o terreno), Theodore Babbitt, Lindley Cintra, Gómez Perez, Nancy J. Dyer, Diego Catalán e os seus discípulos, com realce para os trabalhos de Fernández-Ordóñez e do próprio Campa. O A. evitou os perigos que normalmente rodeiam este género de sínteses, e soube não apenas ater-se aos autores e obras que verdadeiramente importam (embora alguns trabalhos mais recentes, por exemplo os de F. Bautista em torno da chamada Versão/Crónica Amplificada também aqui tivessem cabimento), como reflectir criticamente sobre eles. Algumas das suas observações críticas merecem ser bem meditadas por quem estuda estes textos. Veja-se, por exemplo, como é certa (e retoma, de resto, observações já feitas por D. Catalán) a ideia de que Menéndez Pidal tendeu a estudar a historiografia não propriamente como um fim em si, mas vendo nela um testemunho privilegiado da poesia épica castelhana. Facto que não deixou de limitar algumas das conclusões pidalinas, por muito que esta atitude se entenda à luz da sua época (mesmo porque não faltavam então medievalistas que, fazendo questão de só acreditar no que está nos papéis – não obstante estudarem uma época em que eles tanto faltam... – proclamavam arrogantemente a inexistência e até a impossibilidade de existência (!) de tal épica). Ou veja-se como, em relação aos trabalhos de Theodore Babbitt, o A. assinala os riscos de quem estuda estes textos sem recurso aos manuscritos; ou ainda como denuncia em Gómez Perez duas tentações recorrentes: a ligeireza com que se analisam teses de estudiosos anteriores e o desejo de resolver numa penada os problemas debatidos.

O capítulo II estuda a tradição manuscrita directa da VC, demonstrando que todos os manuscritos da chamada *Crónica de Veinte Reyes* constituem uma sub-família oposta ao manuscrito Ss, genericamente mais próximo do arquétipo. Os capítulos III e IV alargam, por sua vez, a perspectiva, analisando os processos de formação da VC e as relações desta obra com outros textos da tradição afonsina. Tendo em conta as mais importantes divisões estruturais já há muito apontadas pela crítica (o primeiro a indicá-las com mais acribia terá sido o norte-americano Theodore Babbitt), o A. reserva o capítulo III para a porção textual compreendida entre os reinados de Fruela II e Vermudo III, e o capítulo IV para os reinados de Fernando I até ao princípio do de Afonso VII (segundo indica o respectivo título, embora a secção

seguinte, que abrange os reinados de Afonso VII até aos de Fernando II e Afonso VIII, seja também mencionada).

Diga-se que é no capítulo IV que se encontram talvez as maiores novidades e mesmo, porventura, as mais polémicas afirmações. Não é isto surpreendente, pois a parte das Crónicas gerais que começa no reinado de Fernando I é sem dúvida a que menos estudada tem sido do ponto de vista textual, devido, como nota o A., «a una mayor complejidad textual» e a «que carecemos, en esta [...] parte, de representantes directos de la primera redacción [de la *Estoria de España*]» (p.199). As conclusões do A. aproximam-se, em linhas gerais, das ideias defendidas por D. Catalán no decorrer da sua longa carreira. Tal como Catalán, também Campa Gutiérrez considera a existência, nesta parte, de três famílias textuais, constituídas, respectivamente, pela Crónica Amplificada (vê-se que o A. perfilha por inteiro uma sugestão de J. B. Crespo e prefere chamar a este texto «Crónica» em vez de «Versão»), pela Versão Crítica e por um conjunto de textos constituído pelo ms. F (2628 da Biblioteca Universitária de Salamanca), por alguns fólios do ms. compósito E2 (X.I.4 do Escorial) e pelas Crónicas *de Castela, Ocampiana* e **Manuelina* (obra que D. Juan Manuel resumiu na sua *Crónica Abreviada*). Não é, todavia, claro que Campa Gutiérrez considere, tal como Catalán considerava, que o protótipo do ms. F é anterior aos restantes textos da sua família (e aqui seria talvez oportuna uma referência aos trabalhos de Patricia Rochwert-Zuili sobre a *Crónica de Castela*, concorde-se ou não com as suas conclusões, que parecem afastar-se em alguns pontos das de Catalán e do próprio Campa). Além disso, Mariano de la Campa consegue precisar um pouco mais as características do já aludido e muito importante ms. F, apontando não só o carácter misto do seu protótipo (o que já era sabido), mas também a lógica inerente a esse carácter misto (pp. 202-218, que resultam em boa medida de um artigo previamente editado pelo A.); e consegue ainda sustentar vitoriosamente que o ms. E2 não é o original da Crónica Amplificada.

O apartado especificamente consagrado à Versão Crítica (pp. 218-237, algumas das quais são também aproveitamento de um artigo já editado) contém, por sua vez, uma clara oposição às teses de D. Catalán, que é quem sobretudo está em causa na seguinte afirmação: «hasta el momento se ha venido suponiendo que lo que hizo» [o redactor da VC] «fue elaborar por su cuenta los pasajes inacabados [da

Versão primitiva da *Estoria de España*] utilizando materiales y técnicas alfonsíes» (p. 219). O que se passa é que Mariano de la Campa, retomando e aprofundando observações de Fernández-Ordóñez (cf. nota 63 da p. 237), contesta a ideia de D. Catalán segundo a qual os redactores da Versão primitiva da *Estoria de España* deixaram por completar diversas e algo extensas lacunas. Sustenta Mariano de la Campa que pelo menos o redactor da Versão Crítica trabalhou sobre um exemplar da Versão primitiva em que essas lacunas tinham já sido preenchidas (cf. síntese final na p. 237). Trata-se de um ponto de extrema importância (entre outras razões, para que se consiga destringer com clareza no trabalho do redactor da VC o que é especificamente dele e o que foi herdado da versão primitiva da *Estoria de España*), e também, certamente, matéria de debate e reflexão (o próprio D. Catalán, se entendo bem as coisas, teve ainda tempo de contestar este ponto de vista a páginas 139 e seguintes do seu *Rodericus Romanzado*). Atrever-me-ia a deixar apenas duas notas a este propósito. Em primeiro lugar, que seria curioso que a VC decorresse, a partir do reinado de Fernando I, de uma versão mais completa da *Estoria de España* quando, nos reinados anteriores, ter-se-á verificado exactamente o contrário (segundo demonstraram Catalán, Fernández-Ordóñez e o próprio Campa). Em segundo lugar, que os exemplos apresentados por Mariano de la Campa para sustentar a sua tese pertencem todos aos reinados de Fernando I – Afonso VI; e se esses exemplos (como os que Fernández-Ordóñez aduzira na sua tese) são de facto impressionantes, já me parece mais difícil afirmar, como faz o A. numa nota (44 da p. 231), que a VC herdou um protótipo completo não só até ao fim do reinado de Afonso VI, mas mesmo até ao fim do reinado de Fernando II.

Aqui ficam, em todo caso, sumariamente apontadas as linhas gerais deste trabalho verdadeiramente imprescindível para todos aqueles que pretendam estudar seriamente as questões nele abordadas. Numa área em que muito foi já feito, mas há ainda muito que fazer (quando termos edições comerciais e fiáveis, por exemplo, das Crónicas *Vulgata* e *Ocampiana* ou do próprio ms. F?) possa este trabalho de M. Campa servir também de estímulo para investigações futuras.

Filipe Alves Moreira
Dezembro de 2010